

Fundação Romi

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Romi

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Romi (“Fundação” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado (superávit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Romi em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - PME e Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Fundação aguarda o deferimento junto aos órgãos competentes para renovação do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (“CEBAS”). Conforme informado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a certificação da Fundação está válida até o julgamento do processo pelo ministério competente e, desta forma, está amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, seguro de acidente de trabalho (“SAT”) e terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - PME e Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

FUNDAÇÃO ROMI

BALANÇO PATRIMONIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em reais - R\$)

	Nota	2022	2021
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	462.753	8.256
Aplicações financeiras	3	47.522.327	43.252.786
Juros sobre capital próprio	4	378.987	454.292
Mensalidades escolares a receber	5	399.021	410.125
Outros créditos		41.746	449.915
		<u>48.804.834</u>	<u>44.575.374</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Aplicações financeiras	3	3.236.682	3.504.798
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	27.521.660	30.204.109
Imobilizado	6	9.876.067	9.363.045
		<u>40.634.409</u>	<u>43.071.952</u>
Total do ativo		<u>89.439.243</u>	<u>87.647.326</u>
	Nota	2022	2021
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		112.329	293.073
Projetos educacionais e culturais vinculados	15	387.286	135.917
Salários e encargos sociais		912.428	813.577
Adiantamento de mensalidades escolares		1.275.033	900.209
Outras contas a pagar	16	320.000	-
Total do passivo		<u>3.007.076</u>	<u>2.142.776</u>
Patrimônio social	7		
Superávit acumulado		61.164.069	57.554.003
Ajuste de avaliação patrimonial		25.268.098	27.950.547
Total do patrimônio social		<u>86.432.167</u>	<u>85.504.550</u>
Total do passivo e patrimônio social		<u>89.439.243</u>	<u>87.647.326</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ROMI

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/ (DÉFICIT)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em reais - R\$)

	Nota	2022	2021
Receitas:			
Doações da mantenedora	17	1.090.551	990.869
Receitas financeiras		5.443.123	2.405.387
Mensalidades escolares	5	8.104.059	7.066.981
Juros sobre capital próprio e dividendos	4	1.496.260	1.274.610
Outras doações		30.333	56.178
Outras receitas		180.812	121.233
Trabalho Voluntário	2.12	193.832	171.600
Recursos incentivados e convênios:			
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632		-	7
Projeto Imagens Reveladas-PRONAC 185305		12.513	72.450
Projeto Capoeira Socioeducativa-PRONAC 185461		3.155	8.298
Projeto Ninho Musical-PRONAC 193781		35.109	32.694
Projeto Pres. Dos Desenhos Técnicos-PRONAC 203927		56.778	31.424
Projeto Estação Criativa PROAC		-	99.999
Projeto Preserv. E Reg. Estação Ferroviária de SBO-PRONAC 220099		8.467	-
Projeto História em Negativos-PRONAC 220135		2.741	-
Projeto Ninho Musical-PRONAC 220164		6.873	-
Projeto Trator Toro-PRONAC 221445		70	-
		<u>16.664.676</u>	<u>12.331.730</u>
Despesas:			
Educação:			
Núcleo de Educação Integrada - NEI – Inf. I ao 3º ao Ensino Médio	13.1	(10.973.586)	(8.339.772)
Cultura:			
Centro de Documentação Histórica - CEDOC	13.2	(696.007)	(596.291)
Estação Cultural	13.2	(1.006.978)	(326.453)
Outras Despesas:			
Trabalho Voluntário	2.12	(193.832)	(171.600)
Outras despesas diversas	14	(20.834)	(9.601)
Despesas com projetos incentivados e convênios:			
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632	15	-	(7)
Projeto Imagens Reveladas-PRONAC 185305	15	(12.513)	(64.603)
Projeto Capoeira Socioeducativa-PRONAC 185461	15	(3.155)	(7.878)
Projeto Ninho Musical-PRONAC 193781	15	(35.109)	(32.694)
Projeto Pres. Dos Desenhos Técnicos-PRONAC 203927	15	(56.778)	(19.346)
Projeto Estação Criativa PROAC	15	-	(99.999)
Projeto Preserv. E Reg. Estação Ferroviária de SBO-PRONAC 220099	15	(8.467)	-
Projeto História em Negativos-PRONAC 220135	15	(2.741)	-
Projeto Ninho Musical-PRONAC 220164	15	(6.873)	-
Projeto Trator Toro-PRONAC 221445	15	(70)	-
		<u>(13.016.943)</u>	<u>(9.668.244)</u>
Superávit operacional		<u>3.647.733</u>	<u>2.663.486</u>
Outros resultados			
Despesas financeiras		(31.781)	(2.953.387)
Baixa de imobilizado		(5.886)	(6.850)
		<u>(37.667)</u>	<u>(2.960.237)</u>
Superávit/ (déficit) do exercício		3.610.066	(296.751)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ROMI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (SUPERÁVIT) ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit/ (déficit) do exercício	3.610.066	(296.751)
Outros componentes do resultado (superávit) abrangente:		
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(2.682.449)</u>	<u>4.856.282</u>
Total do resultado (superávit) abrangente do exercício	<u>927.617</u>	<u>4.559.531</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ROMI

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO NO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em reais - R\$)

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Total do patrimônio social</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.850.754	23.094.265	80.945.019
Total do resultado abrangente do exercício:			
Déficit do exercício	(296.751)	-	(296.751)
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>-</u>	<u>4.856.282</u>	<u>4.856.282</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.554.003	27.950.547	85.504.550
Total do resultado abrangente do exercício:			
Superávit do exercício	3.610.066	-	3.610.066
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	(2.682.449)	(2.682.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>61.164.069</u>	<u>25.268.098</u>	<u>86.432.167</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ROMI

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/ (déficit) do exercício	3.610.066	(296.751)
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	608.191	535.948
Baixa de imobilizado	5.886	6.850
Provisão para perda de crédito esperada na realização de outros investimentos	-	2.918.239
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Outros valores a realizar	408.169	(421.635)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(1.496.260)	(1.274.610)
Mensalidades escolares (NEI)	11.104	12.230
Fornecedores	139.256	223.507
Projetos culturais vinculados	251.369	(40.360)
Salários e encargos sociais	98.851	193.879
Adiantamento de mensalidades escolares	374.824	100.816
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>4.011.456</u>	<u>1.958.113</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aplicações financeiras e outros investimentos	(4.001.425)	(3.706.774)
Aquisição de imobilizado	(1.133.999)	(1.598.505)
Receita na venda de imobilizado	6.900	-
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	<u>1.571.565</u>	<u>3.164.084</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(3.556.959)	(2.141.195)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>454.497</u>	<u>(183.082)</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	8.256	191.338
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	462.753	8.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ROMI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Romi (“Fundação” ou “Entidade”), constituída em 29 de junho de 1957, com sede em Santa Barbara d’Oeste, no estado de São Paulo, é uma entidade beneficente de educação, declarada de utilidade pública federal (Decreto 655 de 8 de março de 1962), estadual (Decreto 35.527 de 19 de setembro de 1959) e municipal (Decreto 6001 de 3 de novembro de 2011), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme Processo nº 123.390/60, Entidade Filantrópica, Processo 81.603/62, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), sendo o mais recente válido para o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, conforme Portaria 434 de 4 de maio de 2021 publicada no DOU de 5 de maio de 2021. Em 15 de abril de 2020 foi requerido renovação tempestiva para o triênio seguinte 2021, 2022 e 2023 em manutenção ao CEBAS/Educação. Em 23/03/2022 foi publicado no DOU a Portaria 549 de 22/03/2022 onde o Ministério deferiu o CEBAS à Fundação Romi como concessão, quando o correto seria como renovação. Em 14/04/2022 foi protocolado recurso para alteração do deferimento para renovação e retificação do período com validade de 01/01/2021 a 31/12/2023, ainda em análise. Em 23/04/2019, 15/04/2020, 29/04/2021 e 29/04/2022 foi encaminhada tempestivamente as prestações de contas anual, referente a 2018, 2019, 2020 e 2021, respectivamente, com relatório anual de monitoramento ao MEC.

Considerando que todos os requisitos legais para a renovação foram atendidos, a Administração da Entidade entende estar amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, seguro de acidente de trabalho (“SAT”) e terceiros.

A Entidade tem por objetivo estatutário manter escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, na forma do artigo 209 da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislação aplicável; assistir a população carente, em situação de vulnerabilidade e riscos, especialmente crianças e adolescentes, a fim de preservar seus direitos fundamentais, satisfazer suas necessidades básicas e desenvolver integralmente as potencialidades cidadãs de tais pessoas; promoção do desenvolvimento social e cultural da cidade de Santa Bárbara d’Oeste e região.

A Entidade conta com um Fundo Patrimonial (“FP”), composto pelos recursos das disponibilidades em aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo e dos investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social (acima), o qual está evidenciado no artigo 7º, dos Estatutos Sociais, cujo o item IV estabelece que o montante a ser aplicado anualmente até o limite de 10% do Fundo Patrimonial apurado em trinta de novembro do ano anterior, o qual em 2022 representou 6,37% do “FP”.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo.

2.2. Bases para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos públicos (LTN, LFT e NTN) e títulos privados, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da entidade para a gestão destes ativos financeiros. A Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem mensalidade escolares a receber.

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Entidade avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Entidade ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros investimentos não circulantes.

e) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Entidade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos da seção 12.2 do Pronunciamento Técnico PME. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes.

f) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

g) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

h) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para o saldo de mensalidades a receber, a Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios da seção 12.2 do Pronunciamento Técnico PME forem atendidos. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Não há instrumentos dessa categoria em 31 de dezembro de 2022.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As doações de bens para imobilização são contabilizadas pelo seu respectivo valor de mercado, tendo como contrapartida, receita no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, exceto os bens considerados como obra de arte ou antiguidade.

2.8. Provisão para recuperação dos ativos a longo prazo

A Administração revisa o valor contábil dos ativos a longo prazo, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração em bases periódicas e efetua o registro da perda de valor, se aplicável.

2.9. Apuração do superávit

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos são reconhecidas como receitas quando recebidas. As verbas recebidas pela Entidade direcionadas à execução de projetos sociais de cunho educacional ou cultural, bem como a receita financeira resultante da aplicação destes recursos antes de sua alocação aos referidos projetos, são reconhecidas como na rubrica "Projetos Educacionais e Culturais Vinculados", no passivo, e apropriadas ao resultado à medida que os gastos relacionados aos projetos são incorridos, conforme nota explicativa nº 15. A totalidade das despesas é reconhecida pelo regime de competência.

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, exista a probabilidade provável de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

2.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Entidade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da depreciação.

2.12. Trabalho voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	462.753	8.256
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>462.753</u>	<u>8.256</u>
Fundos referenciados DI (a)	-	3.271.004
Fundos multimercado (a)	14.297.684	16.338.853
Fundos de renda fixa (a)	31.270.857	27.147.727
Fundos FIDC fomento mercantil (a)	5.190.468	-
Total de aplicações financeiras	<u>50.759.009</u>	<u>46.757.854</u>
Classificado como:		
Circulante	47.985.080	43.261.042
Não circulante	3.236.682	3.504.798
	<u>51.221.762</u>	<u>46.765.840</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundos, sendo que estes, pulverizados em suas estratégias, apresentam de forma preponderante, mas não exclusiva, em suas carteiras: títulos públicos da dívida federal, títulos pós-fixados referenciados em DI (depósito interbancário) ou índices de preços (NTN-B), CDBs (certificados de depósito bancário) atrelados ao CDI (certificado de depósitos interbancários), letras financeiras de grandes bancos nacionais, debêntures, taxas de juros e inflação, contratos de índices, moedas, ações, sendo todos, registrados a preços e taxas de mercado, em ambientes certificados legais e autorizados (CETIP, CBLC, bancos custodiantes) e estão registradas por seus respectivos valores justos.

Outros investimentos: A Entidade possui uma aplicação financeira de longo prazo com expectativa de recebimento por meio da alienação do imóvel dado em garantia nos certificados de recebíveis imobiliários, CRIOAS no montante de R\$ 2.918.239. Este investimento encontra-se sob o controle da assembleia de cotistas, a qual em tempo hábil, logo após o não pagamento no vencimento em 31/01/2015, executou a garantia, que era o terreno, objeto do Certificado, de lá para cá vem fazendo todas as tratativas judiciais cabíveis para a liberação do imóvel a sua alienação em busca de resgate do investimento. Atualmente o imóvel encontra-se alugado para Allpark Empr. Part. Serv. S.A. (Estapar), como estacionamento da Arena Portoalegrense (Estádio do Grêmio) gerando receita mensal suficiente para cobertura de custos operacionais de manutenção corrente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido às incertezas jurídicas e econômicas que envolvem o tema e exauridas as possibilidades substanciais de realização deste ativo, a Administração da Entidade avaliou e concluiu-se pela necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada no montante de R\$ 2.918.239.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Entidade reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros referem-se a ações da Romi S.A. os quais foram caracterizados, para fins de reconhecimento e mensuração, como disponíveis para venda. Portanto, o ajuste a valor de mercado desse ativo tem como contrapartida a rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio social, até a sua realização, no valor de R\$27.521.660 (R\$30.204.109 em 2021).

A seguir a demonstração do cálculo do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda das ações da Romi S.A.:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Romi S.A.</u>		
Quantidade de ações ordinárias nominativas (participação equivalente a aproximadamente 2,23721277%) (i)	1.804.699	1.640.636
Valor da ação no último dia útil do exercício findo em 31 de dezembro	<u>15,25</u>	<u>18,41</u>
	<u><u>27.521.660</u></u>	<u><u>30.204.109</u></u>

- (i) O aumento de ações foi resultante da bonificação realizada pela Romi S.A. conforme aprovação em 20 de setembro de 2022.

Juros sobre Capital Próprio referente a participação na Romi S.A.:

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Romi S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme abaixo da qual houve o reconhecimento desses valores no resultado da Fundação Romi conforme abaixo:

- (a) Em 01 de fevereiro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos pela Romi S.A., sendo o valor recebido de R\$164.064 em 22 de março de 2022.
- (b) Em 15 de março de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A., sendo o valor recebido de R\$278.908 em 18 de maio de 2022.

- (c) Em 07 de junho de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A., sendo o valor recebido de R\$328.127 em 24 de agosto de 2022.
- (d) Em 20 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A., sendo o valor recebido de R\$346.174 em 19 de outubro de 2022.
- (e) Em 14 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A., sendo o valor recebido de R\$378.987 em 18/01/2023.

Totalizando um montante reconhecido no ano de 2022 de R\$1.496.260 (2021 – R\$1.274.610). Em 2022 foi recebido um montante total de R\$1.571.565 (R\$1.117.273 referente a 2022 e R\$454.292 referente a 2021), remanescendo desta forma um saldo a receber de R\$378.987 em 31 de dezembro de 2022.

5. MENSALIDADES ESCOLARES

A Entidade possui mensalidades escolares a receber no montante de R\$399.021 (2021 - R\$410.125).

Apresentamos a seguir as receitas com as mensalidades escolares, bolsas concedidas e os descontos praticados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mensalidade - Núcleo de Educação Integrada (NEI)	10.533.642	9.079.538
Multa Rescisória de Contrato - NEI	14.956	10.428
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 - NEI	(1.365.453)	(1.174.877)
Bolsa Legal 50% - Lei 12101/2009 - NEI	(32.056)	(54.780)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - NEI	(787.600)	(593.716)
Bolsa Mérito	(17.402)	(12.636)
Desconto Promocional - NEI	(242.028)	(186.976)
Total líquido das receitas com mensalidades escolares	<u>8.104.059</u>	<u>7.066.981</u>

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Edificações	4	9.866.981	7.930.167
Máquinas e equipamentos	10	22.457	22.457
Móveis e utensílios	10	2.064.257	1.875.654
Veículos	20	114.895	114.895
Pátios	10	328.193	328.193
Equipamentos de informática	20	1.625.540	1.455.359
		<u>14.022.323</u>	<u>11.726.725</u>
Depreciação acumulada		<u>(5.881.494)</u>	<u>(5.293.063)</u>
		8.140.829	6.433.662
Terrenos		<u>1.735.238</u>	<u>1.735.238</u>
Obras em andamento		-	1.194.145
		<u>9.876.067</u>	<u>9.363.045</u>

Segue abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	9.363.045	8.307.338
Imobilizações	462.822	404.360
Obras em andamento	671.177	1.194.145
Baixas	(12.786)	(6.850)
Depreciação	(608.191)	(535.948)
Saldo em 31 de dezembro	<u>9.876.067</u>	<u>9.363.045</u>

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

As receitas da Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais. De acordo com previsão estatutária, Capítulo VIII - Artigo 24, na eventual extinção da Fundação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênere ou afim, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de Santa Bárbara d'Oeste ou na região do município, que esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou, na sua falta, a entidade pública, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo, ouvido o Ministério Público.

8. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Entidade mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite que a Entidade, a qualquer momento, o suspenda ou descontinue suas contribuições de forma permanente. O custeio desse plano é suportado pela Entidade e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições efetuadas pela Entidade em 2022 foi de R\$620.884 (R\$8.758 em 2021).

9. COBERTURA DE SEGUROS

As políticas de seguros adotadas pela Entidade garantem coberturas levando em conta o limite de perda máxima provável, causados a edifícios, instalações e equipamentos, como segue:

Ativos	Risco coberto	Vigência	Valor da cobertura
Prédios e conteúdos	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão e implosão	16/01/2024	4.809.952
Prédios e conteúdos	Roubo / Furto qualificado	16/01/2024	200.000
Prédios e conteúdos	Danos elétricos	16/01/2024	200.000
Prédios e conteúdos	Equipamentos Eletrônicos sem roubo	16/01/2024	200.000
Prédios e conteúdos	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, fumaça, queda de aeronave, impacto de veículos terrestres e fumaça	16/01/2024	1.000.000
Prédios e conteúdos	Inclusões / Exclusões de bens / locais e alterações de valores	16/01/2024	480.995
Prédios e conteúdos	Erros e omissões	16/01/2024	100.000
Prédios e conteúdos	Custo de preparação de reclamação de sinistros	16/01/2024	100.000

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.

11. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Entidade, na condição de entidade beneficente de assistência social, portadora do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme item 1 - Contexto Operacional goza da imunidade tributária, no que se refere ao seu patrimônio social, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que assegurem esta imunidade, a qual sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

12. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em atendimento à Lei 12.868/2013 que alterou a Lei 12.101/09 e ao Decreto 8.242/2014 que substituiu o Decreto 7.237/10, os valores devidos relativos a isenções referentes à contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e terceiros garantidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$2.061.533 (R\$1.693.606 em 2021).

13. INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

As informações relativas aos números de atendimentos foram obtidas dos controles internos definidos pela Entidade para tal finalidade. Considerando que essas informações são de natureza gerencial, portanto não sujeitas a procedimento de auditoria, as mesmas devem ser identificadas como decorrentes de controles internos julgados adequados pela Administração da Entidade.

13.1. Educação

13.1.1. Núcleo de Educação Integrada – NEI

NEI, escola regular, da educação infantil ao ensino médio, num ambiente de educação integrada, de convivência, aprendizagem e interação social, capaz de promover o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional. Ao habilitá-los, através de desafios, busca-se uma aprendizagem contínua e formação geral de seus alunos.

	2022		2021	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
Despesas/custos totais	361.276	12.676.571	73.471	9.262.516
Custo da Escola	-	10.973.586	-	8.339.772
Total alunos beneficiados	817	-	815	-
Alunos Pagantes	655	-	655	-
Bolsa Legal 100% em tempo integral	96	-	96	-
Bolsa Legal 50% em tempo integral	4	-	9	-
Bolsa Convenção	61	-	54	-
Bolsa Mérito	1	-	1	-

13.2. Cultura

13.2.1. Centro de Documentação Histórica – CEDOC

O Centro de Documentação Histórica é um espaço de guarda do acervo documental relativo ao patrimônio histórico da cidade e região, onde os frequentadores podem observar e vivenciar os trabalhos do Arquivo, assim como participar da mediação e relação do público com o acervo. Além do processamento técnico que permite o conhecimento histórico, tem na Educação Patrimonial, o seu projeto mais relevante, o acesso de estudantes, do município e região, a todo esse processo da construção do conhecimento e do elo afetivo com o meio onde vive e a ampliação do universo cultural. O envolvimento afetivo com a história de Santa Bárbara d'Oeste e região permite uma atenção maior da comunidade no que diz respeito à sua participação no destino do seu município.

	2022		2021	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
Custo do Projeto	-	696.007	-	596.291
Pesquisas diretas e on-line	1.689	-	1.530	-
Ações extramuros (60 anos + CEDOC em Movimento + CEDOC vai à escola + História da Cidade)	-	-	51.540	-
Visita monitorada	314	-	125	-
Ação Educativa: Caminhos da História	110	-	-	-
Exposição Itinerante: Imagens Reveladas – Tesouros Escondidos – Romi Isetta	321.587	-	-	-
Formação Potencialidades da Maleta da História	99	-	-	-
Total de beneficiados no CEDOC	323.799	-	53.195	-

13.2.2. Estação Cultural

Inaugurada em 2007, a Estação Cultural ocupa a centenária estação ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste, revitalizada e mantida pela Fundação Romi. Em sua trajetória aproximadamente 300 mil pessoas já foram beneficiadas, gratuitamente, por meio de oficinas livres, culturais e de formação, projetos de fomento à economia criativa, de elevação do status cultural e de ações socioeducativas. A Estação Cultural é um lugar de encontros plurais e multiculturais onde a comunidade pode aprimorar a sua percepção acerca da cultura local e regional, divulgar valores, trocar vivências, adquirir conhecimentos, experimentar emoções, elaborar pensamentos, tomar iniciativas e ajudar a constituir a identidade cultural da cidade e região.

	2022		2021	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
Custo do Projeto	-	1.006.978	-	326.453
Oficinas Culturais Temporárias - formação e geração de renda – beneficiados:	236	-	585	-
Teatro na Estação - formação de público – participantes: -	3.730	-	-	-
Música na Estação - formação de público – participantes	5.720	-	4.971	-
Projeto Capoeira Socioeducativa	61	-	115	-
Encontros, Feiras e Exposições - Beneficiados/participantes	23.168	-	12.234	-
Visitas espontâneas: - Memorial da Ferrovia	1.278	-	481	-
Dança na estação	1.170	-	870	-
Literatura na estação	1.170	-	110	-
Projeto Ninho Musical PRONAC 193781	37	-	95	-

	2022		2021	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
Educar e Afinar – Um canto certo	42	-	-	-
Primeiras Notas – 2ª Edição	48	-	-	-
Total de participantes/beneficiados da Estação Cultural	36.660	-	19.461	-

14. OUTRAS DESPESAS DIVERSAS

Despesas tributárias, com seguros e despesas diversas no montante de R\$20.834 (2021 R\$9.601).

15. PROJETOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS VINCULADOS

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Projeto de formação de músicos para orquestra, aprovado pelo MinC - Ministério da Cultura através da Lei Rouanet (Lei 8313/1991) pela Portaria 315 de 02/06/2015 (DOU 03/06/2015), no valor de R\$149.279, com captação parcial de R\$60.000, através de patrocínio da empresa CCR - Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. em outubro de 2016. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2017 e encerrou sua execução em 31/12/2018.

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Saldo em 31 de dezembro de 2016	60.411
Recursos recebidos em 28 de dezembro de 2017	60.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	2.183
Valor utilizado no exercício de 2017	(58.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.950
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2018	1.884
Valor utilizado no exercício de 2018	(60.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.610
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2019	270
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.880
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2020	141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.021
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	7
Valor devolvido ao projeto no exercício de 2021	(6.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

Projeto Imagens Reveladas Pronac 185305

O Projeto “Imagens Reveladas. Tesouros Escondidos”: processamento técnico de 2.500 negativos da coleção do fotográfico Augusto Strazdin, pertencentes ao acervo do CEDOC da Fundação Romi, criando a partir do acervo ações educativas, aprovado pela Lei de incentivo à cultura 8313/1991 através da Portaria 0628/19 de 23/10/2019 (DOU 23/10/2019), no valor de R\$148.368,70, através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A. Iniciou suas atividades em 1 de março de 2019 e encerrou sua execução em 26/08/2022.

Projeto Imagens Reveladas Pronac 185305

Recursos recebidos no exercício de 2019	148.369
Valor utilizado no exercício de 2019	(9.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>138.489</u>
Valor utilizado no exercício de 2020	(47.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>90.957</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	802
Valor utilizado no exercício de 2021	(64.603)
Aquisição de Imobilizado 2021	(7.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>19.309</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	713
Valor utilizado no exercício de 2022	(12.513)
Devolução de saldo remanescente	(7.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>

Projeto Capoeira Socioeducativa Pronac 185461

O projeto Capoeira Socioeducativa é destinado prioritariamente a crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade social, mas não limitadas a eles, tampouco à faixa etária, identidade ou gênero. Visa desenvolver a socialização, a concentração, a atenção, a confiança e o respeito pelo outro, envolvendo a família e a sociedade de maneira geral, mostrando que a capoeira é um esporte saudável e propagando a cultura da paz e da não violência, recebeu o aporte no valor de R\$11.486,00, através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A., com execução iniciada em 2021 e encerramento em julho de 2022.

Projeto Capoeira Socioeducativa Pronac 185461

Recursos recebidos no exercício de 2019	11.486
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.486</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>11.486</u>

Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	101
Valor utilizado no exercício de 2021	(7.878)
Aquisição de Imobilizado 2021	(420)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.289</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	69
Valor utilizado no exercício de 2022	(3.155)
Devolução de saldo remanescente	(203)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>-</u></u>

Projeto Ninho Musical Pronac 193781

O Ninho Musical é um projeto de formação de música orquestral onde o público beneficiado recebe gratuitamente capacitação musical, por meio de aulas teóricas e práticas. O projeto prevê ainda apresentações públicas dos grupos orquestrais formados, ampliando o universo cultural, a aceitação e o interesse da população por gêneros musicais que não fazem parte do seu contexto cultural habitual, recebeu o aporte através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A., com execução iniciada em 2021 e encerramento em julho de 2022.

Projeto Ninho Musical Pronac 193781

Recursos recebidos no exercício de 2020	67.813
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>67.813</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	1.057
Valor utilizado no exercício de 2021	(32.694)
Devolução de valor depositado a maior ao Fundo Nacional da Cultura 2021	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>36.171</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	919
Valor utilizado no exercício de 2022	(35.109)
Devolução de saldo remanescente	(1.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>-</u></u>

Projeto Preservação Dos Desenhos Técnicos Pronac 203927

O projeto Preservação do acervo de desenhos técnicos do CEDOC da Fundação Romi tem como objetivo a conservação, democratização e o acesso a esses documentos históricos pertencentes ao acervo da instituição que corroboram para a identidade e memória de Santa Bárbara d'Oeste como cidade pioneira na fabricação do primeiro carro nacional, através do processamento técnico documental, oficina de preservação de desenhos técnicos, exposição itinerante e palestras. Recebeu o aporte através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A. com execução iniciada em 2021.

Projeto Preservação Dos Desenhos Técnicos Pronac 203927

Recursos recebidos no exercício de 2021	106.720
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	1.851
Valor utilizado no exercício de 2021	(19.346)
Aquisição de Imobilizado 2021	(12.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>77.147</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	5.746
Valor utilizado no exercício de 2022	(56.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>26.115</u></u>

Projeto Estação Criativa PROAC

Prêmio no valor total de R\$100.000 do edital PROAC EXPRESSO Lei Aldir Blanc Nº 60/2020– eixo de premiação, mostras, festivais no estado de São Paulo, pela cota INTERIOR, apresentado pelo Ministério do Turismo, Secretaria especial da Cultura e Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, a Estação Cultural da Fundação Romi. A proposta teve como ações a realização de Oficinas Culturais, a feira de arte, cultura e gastronomia intitulada Estação Artesanal e Estação Musical, exposições de artistas no ramo da música durante as edições da Estação Artesanal, projeto realizado entre janeiro e dezembro de 2021.

Projeto Estação Criativa PROAC

Recursos recebidos no exercício de 2021	100.000
Valor utilizado no exercício de 2021	<u>(99.999)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1</u></u>

Projeto Preservação e Registro: Estação Ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste Pronac 220099

O projeto "Preservação e Registro: Estação Ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste" tem como objetivo a preservação da história da Estação Ferroviária de Santa Bárbara através do registro do complexo arquitetônico ferroviário revitalizado e mantido pela Fundação Romi, por meio de ações educativas que envolvem registro fotográfico, uma exposição e oficinas histórico-cultural. Recebeu o aporte de R\$104.052 da Romi S.A. em 30 de março de 2022, mas ainda não está liberado pelo Ministério da Cultura para execução.

Projeto Preservação e Registro: Estação Ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste Pronac 220099

Recursos recebidos no exercício de 2022	104.052
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	8.467
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>112.519</u></u>

Projeto História em Negativos Pronac 220135

O projeto História em Negativos tem como objetivo a conservação, democratização e o acesso a filmes fotográficos flexíveis de base plástica pertencentes ao acervo da instituição que revelam imagens inéditas de Santa Bárbara d'Oeste através do processamento técnico documental, capacitação e palestras em escolas. Recebeu o aporte de R\$69.060 através de patrocínio da empresa Romi S.A. com execução iniciada em novembro de 2022.

Projeto História em Negativos Pronac 220135

Recursos recebidos no exercício de 2022	69.060
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	5.602
Valor utilizado no exercício de 2022	(2.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>71.921</u>

Projeto Ninho Musical Pronac 220164

O Ninho Musical é um projeto de formação de música orquestral onde o público beneficiado, recebe gratuitamente capacitação musical, oferecida por meio de aulas teóricas e práticas. O projeto prevê ainda apresentações públicas dos grupos orquestrais formados, para difusão do gênero musical estudado, ampliando o universo cultural, a aceitação e o interesse da população por gêneros musicais que não fazem parte do seu contexto cultural habitual, visando também realizar palestras em escolas públicas, com o intuito de apresentar aos alunos e educadores o resultado do aprendizado no projeto Ninho Musical, realização prevista para 2023.

Projeto Ninho Musical Pronac 220164

Recursos recebidos no exercício de 2022	83.164
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	6.873
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>90.037</u>

Projeto Trator Toro Pronac 221445

O projeto Trator Toro tem como objetivo a conservação, democratização e o acesso a documentos históricos pertencentes ao acervo da instituição que corroboram para a história da produção rural no Brasil e na identificação de Santa Bárbara d'Oeste como a cidade pioneira na fabricação do protótipo do primeiro trator nacional, através do processamento técnico documental, encontro com a história e exposição itinerante. Recebeu o aporte de R\$86.623 da Romi S.A. em 28 de dezembro de 2022, mas não está liberado pelo Ministério da Cultura para execução.

Projeto Trator Toro Pronac 221445

Recursos recebidos no exercício de 2022	86.623
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2022	<u>70</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>86.693</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2021	<u>135.917</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2022	<u>387.286</u>

16. CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui um processo cível nº 0000254.48.2008.8.26.0533 datado de 2008, autora Rhicel Engenharia e Construções Ltda, que em 17/10/2022 foi julgado em 2ª instância do TJSP e o provimento foi negado. Uma nova apelação foi descartada e o cálculo aproximado foi de R\$ 600 mil, buscou-se então via advogados, um acordo amigável no valor de R\$320.000, mais honorários advocatícios de R\$120.000 (reconvenção) que foi aceito e homologado.

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos e transações com a parte relacionada Romi S.A. são os seguintes:

- (a) A Romi S.A. presta serviços administrativos, contábeis e folha de pagamento a Fundação Romi o qual totalizou no ano de 2022 R\$21.583 (R\$19.725 em 2021), remanescendo o saldo a pagar de R\$5.681 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.301 em 31 de dezembro de 2021).
- (b) A Romi S.A. realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pelo Ministério Público, Promotoria de Justiça, Curadoria de Fundações, as doações do exercício de 2022 totalizaram R\$1.090.551 (2021 - R\$990.869).
- (c) Os membros pertencentes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal não são remunerados.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 14 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A., sendo o valor recebido de R\$378.987 em 18/01/2023.
- (ii) Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos pela Romi S.A., cujo valor recebido em 08/03/2023 foi de R\$ 255.315.
- (iii) Em 14 de março de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A., cujo valor a receber em 26/04/2023 será de R\$ 415.081.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade e autorizadas para emissão em 27 de março de 2023.
